

Antonio Gramsci

Obras de Antonio Gramsci

Editor: Carlos Nelson Coutinho

Co-editores: Luiz Sérgio Henriques e
Marco Aurélio Nogueira

Cadernos do cárcere (6 vols.)

1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce
2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo
3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política
4. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo
5. *Il Risorgimento*. Notas sobre a história da Itália
6. Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: índices e variantes

Escritos políticos (2 vols.)

1. Escritos políticos 1910-1920
2. Escritos políticos 1921-1926

Cartas do cárcere (2 vols.)

Cadernos do cárcere

Volume 4:

Temas de cultura. Ação católica.
Americanismo e fordismo.

TRADUÇÃO DE

Carlos Nelson Coutinho
Luiz Sérgio Henriques

2ª edição



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rio de Janeiro
2007

COPYRIGHT © Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, 2001.

CAPA
Evelyn Grumach

PROJETO GRÁFICO
Evelyn Grumach e João de Souza Leite

PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS
Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Gramsci, Antonio, 1891-1937

G458c
v.4
2ª ed.
Cadernos do cárcere, volume 4 / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Tradução de: Quaderni del carcere
Conteúdo: v. 4. Temas de cultura – Ação Católica – Americanismo e fordismo
ISBN 978-85-200-0561-3

1. Gramsci, Antonio, 1891-1937 – Visão política e social. 2. Ciência política. I. Título.

CDD – 335.43
CDU – 330.342.5

01-0377

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão de partes deste livro, através de quaisquer meios, sem prévia autorização por escrito.

Direitos desta edição adquiridos pela
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA
um selo da
EDITORA RECORD LTDA.
Rua Argentina 171 – Rio de Janeiro, RJ – Tel.: 2585-2000

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL
Caixa Postal 23.052, Rio de Janeiro, RJ – 20922-970

Impresso no Brasil
2007

Sumário

NOTA PRÉVIA 7

CADERNOS DO CÁRCERE. VOLUME 4 9

I. Temas de cultura 11

1. Caderno 16 (1933-1934): 13
TEMAS DE CULTURA. 1º

2. Caderno 26 (1935): 79
TEMAS DE CULTURA. 2º

3. Dos cadernos miscelâneos 91

CADERNO 1 (1929-1930) 93

CADERNO 2 (1929-1933) 95

CADERNO 3 (1930) 98

CADERNO 4 (1930-1932) 101

CADERNO 5 (1930-1932) 101

CADERNO 6 (1930-1932) 104

CADERNO 7 (1930-1931) 108

CADERNO 8 (1931-1932) 110

CADERNO 9 (1932) 117

CADERNO 14 (1932-1935) 123

CADERNO 15 (1933) 131

CADERNO 17 (1933-1935) 140

Para além de qualquer outra consideração de mérito — difícil de ser feita porque o mencionado texto de De Pietri Tonelli é duvidoso —, deve-se destacar a tendência antifeminista e “machista”. Deve-se estudar a origem da legislação anglo-saxã, muito favorável às mulheres em toda uma série de conflitos “sentimentais” ou pseudo-sentimentais. Trata-se de uma tentativa de regulamentar a questão sexual, de transformá-la em coisa séria, mas não parece ter alcançado sua finalidade: deu lugar a desvios mórbidos, “feministas” no sentido pejorativo da palavra, e criou para a mulher (das classes altas) uma posição social paradoxal.

FEMINISMO

§ 10. “Animalidade” e industrialismo. A história do industrialismo foi sempre (e se torna hoje de modo ainda mais acentuado e rigoroso) uma luta contínua contra o elemento “animalidade” do homem, um processo ininterrupto, frequentemente doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animalescos e primitivos) a normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão sempre novos, mais complexos e rígidos, que tornam possíveis as formas cada vez mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo. Esta luta é imposta a partir de fora e os resultados obtidos até agora, embora de grande valor prático imediato, são em grande parte puramente mecânicos, não se transformaram numa “segunda natureza”. Mas todo novo modo de viver, no período em que se impõe a luta contra o velho, não foi sempre, durante um certo tempo, o resultado de uma coerção mecânica? Até mesmo os instintos que hoje devem ser superados como ainda demasiadamente “animalescos” foram, na realidade, um notável progresso em relação aos anteriores, ainda mais primitivos: quem poderia descrever o “custo”, em vidas humanas e em dolorosas repressões dos instintos, da passagem do nomadismo à vida sedentária e agrícola? Aqui se inserem as primeiras formas de servidão da gleba e das profissões, etc. Até agora, todas as mudanças do modo de ser e viver tiveram lugar através da coerção brutal, ou seja, através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou “educação” do homem adequado aos novos tipos de civilização, isto é, às novas formas de

1) MUDANÇAS HISTÓRICAS, COERÇÃO BRUTAL, CRISES

produção e de trabalho, ocorreu com o emprego de inauditas brutalidades, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, ou eliminando-os inteiramente. Em todo advento de novos tipos de civilização, ou no decurso do processo de desenvolvimento, houve crises. Mas quem foi envolvido nestas crises? Não as massas trabalhadoras, mas as classes médias e uma parte da própria classe dominante, que também sentiram a pressão coercitiva, exercida necessariamente sobre toda a área social. As crises de *libertinismo* foram numerosas: toda época histórica teve a sua. Quando a pressão coercitiva é exercida sobre bre todo o complexo social (e isso ocorre sobretudo depois da queda da escravidão e do advento do cristianismo), desenvolvem-se ideologias puritanas, que dão a forma exterior da persuasão e do consenso ao uso intrínseco da força: mas, uma vez obtido o resultado, pelo menos em certa medida, a pressão se quebra (essa fratura se apresenta historicamente de diferentíssimos modos, como é natural, já que a pressão sempre assumiu formas originais, frequentemente pessoais; identificou-se com um movimento religioso, criou um aparelho próprio que foi perfonificado em determinadas camadas ou castas, adotou o nome de Cromwell ou de Luís XV, etc.) e surge a crise de libertinismo (a crise francesa depois da morte de Luís XV, por exemplo, não pode ser comparada com a crise americana depois do advento de Roosevelt, nem o proibicionismo, com seu cortejo de banditismo, tem um correspondente em épocas precedentes, etc.), a qual, porém, só atinge superficialmente as massas trabalhadoras, ou as atinge indiretamente, já que deprava suas mulheres: com efeito, estas massas trabalhadoras ou já adquiriram os hábitos e costumes necessários aos novos sistemas de vida e de trabalho, ou continuam a sentir a pressão coercitiva sobre as necessidades elementares de sua existência (também o antiproibicionismo não foi desejado pelos operários, e a corrupção que o contrabando e o banditismo trouxeram consigo era difundida nas classes superiores).

No após-guerra, teve lugar uma crise dos costumes de extensão e profundidade inauditas, mas teve lugar contra uma forma de coerção que não fora imposta para criar os hábitos adequados a uma nova forma de trabalho, mas por causa das necessidades, então concebidas como

(A QUESTÃO SEXUAL NO PÓS 1968)

transitórias, da vida na guerra e na trincheira. Esta pressão reprimiu particularmente os instintos sexuais, até mesmo os normais, em grandes massas de jovens, e a crise que se desencadeou no momento do retorno à vida normal tornou-se ainda mais violenta por causa do desaparecimento de muitos homens e de um desequilíbrio permanente na relação numérica entre os indivíduos dos dois sexos. As instituições ligadas à vida sexual sofreram um forte abalo e se desenvolveram, na questão sexual, novas formas de utopia iluminista. A crise foi (e ainda é) mais violenta por ter atingido todas as camadas da população e por ter entrado em conflito com as necessidades dos novos métodos de trabalho que foram se impondo nesse meio tempo (taylorismo e racionalização em geral). Estes novos métodos exigem uma rígida disciplina dos instintos sexuais (do sistema nervoso), ou seja, um fortalecimento da "família" em sentido amplo (não desta ou daquela forma do sistema familiar), da regulamentação e da estabilidade das relações sexuais.

É preciso insistir no fato de que, no terreno sexual, o fator ideológico mais depravante e "regressivo" é a concepção iluminista e libertária própria das classes não ligadas estritamente ao trabalho produtivo, concepção que, a partir dessas classes, contagia as classes trabalhadoras. Este elemento torna-se ainda mais grave se, num determinado Estado, as massas trabalhadoras não mais sofrerem a pressão coercitiva de uma classe superior, se os novos hábitos e aptidões psicofísicos ligados aos novos métodos de produção e de trabalho tiverem de ser absorvidos pela via da persuasão recíproca ou da convicção individualmente proposta e aceita. Pode-se ir criando uma situação de duplicidade, um conflito íntimo entre a ideologia "verbal", que reconhece as novas necessidades, e a prática real "animalésca", que impede aos corpos físicos a absorção efetiva das novas aptidões. Forma-se neste caso o que pode ser chamado de uma situação de hipocrisia social totalitária. Por que totalitária? Nas outras situações, as camadas populares são obrigadas a observar a "virtude"; os que a pregam não a observam, mesmo prestando-lhe homenagem verbal, e, portanto, a hipocrisia é de determinadas camadas, não total; isto certamente não pode durar e levará a uma crise de libertinismo, mas quando as massas já tiverem assimilado

CRÍSE DE
LIBERTINISMO

a "virtude" em hábitos permanentes ou quase, isto é, com oscilações cada vez menores. Ao contrário, no caso em que não exista a pressão coercitiva de uma classe superior, a "virtude" é afirmada de modo genérico mas não observada, nem por convicção nem por coerção, e, portanto, não ocorrerá a absorção das aptidões psicofísicas necessárias aos novos métodos de trabalho. A crise pode se tornar "permanente", ou seja, de perspectiva catastrófica, já que só a coerção poderá defini-la, uma coerção de novo tipo, na medida em que exercida pela elite de uma classe sobre a própria classe; só pode ser uma autocorção, ou seja, uma autodisciplina. (Alfieri que se faz amarrar na cadeira [25].) De qualquer modo, o que se pode opor a esta função das elites é a mentalidade iluminista e libertária na esfera das relações sexuais; de resto, lutar contra esta concepção significa precisamente criar as elites necessárias à tarefa histórica, ou, pelo menos, desenvolvê-las para que a função delas se estenda a todas as esferas da atividade humana.

§ 11. *Racionalização da produção e do trabalho.* A tendência de Leão Davidovi estava estreitamente ligada a esta série de problemas, o que não me parece ter sido devidamente esclarecido. Seu conteúdo essencial, deste ponto de vista, consistia na vontade "demasiadamente" resoluta (portanto não racionalizada) de dar ^{supremacia} na vida nacional, à indústria e aos métodos industriais, de acelerar, com meios coercitivos externos, a disciplina e a ordem na produção, de adequar os costumes às necessidades do trabalho. Dada a formulação geral de todos os problemas ligados à tendência, esta devia desembocar necessariamente numa forma de bonapartismo, do que resulta, portanto, a necessidade inextinguível de derrotá-la. Suas preocupações eram justas, mas as soluções práticas eram profundamente erradas; neste desequilíbrio entre teoria e prática consistia o perigo, o qual, de resto, já se manifestara anteriormente, em 1921. O princípio da coerção, direta e indireta, na organização da produção e do trabalho é justo (cf. o discurso pronunciado contra Martov e incluído no volume sobre o *Terrorismo*), mas a forma que ele assumiu era errada: o modelo militar tornara-se um preconceito funesto e os exércitos do trabalho fracassa-

TRÓTSKY E O ROL DA COERÇÃO NA RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO

ram. Interesse de Leão Davidovi pelo americanismo; seus artigos, suas pesquisas sobre o *byt* e sobre a literatura, tais atividades estavam menos desconnectadas entre si do que poderia parecer, já que os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro (26) [TODAVIA NA P. 372]

Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão indubitavelmente ligados: as investigações dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a "moralidade" dos operários são necessários do novo método de trabalho. Quem ironizasse estas iniciativas (mesmo fracassadas) e visse nelas apenas uma manifestação hipócrita de "puritanismo" estaria se negando qualquer possibilidade de compreender a importância, o significado e o *alcance objetivo* do fenômeno americano, que é *também* o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem. A expressão "consciência do objetivo" pode parecer pelo menos espirituosa a quem recordar a frase de Taylor sobre o "gorila amestrado". Com efeito, Taylor expressa com brutal cinismo o objetivo da sociedade americana: desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinai. Mas, na realidade, não se trata de novidades originais: trata-se apenas da fase mais recente de um longo processo que começou com o próprio nascimento do industrialismo, uma fase que é apenas mais intensa do que as anteriores e se manifesta sob formas mais brutais, mas que também será superada através da criação de um novo nexo psicofísico de um tipo diferente dos anteriores e, certamente, de um tipo *superior*. Ocorrerá inelutavelmente uma seleção forçada: uma parte da velha classe trabalhadora será impiedosamente eliminada do mundo do trabalho e talvez do mundo *tout court*.

< INICIATIVA "PURITANAS" >

É deste ponto de vista que se devem estudar as iniciativas "puritanas" dos industriais americanos do tipo Ford. É certo que eles não se preocupam com a "humanidade", com a "espiritualidade" do trabalhador, que, no nível imediato, são esmagadas. Esta "humanidade e espiritualidade" só pode se realizar no mundo da produção e do trabalho, na "criação" produtiva; ela era máxima no artesanato, no "demiurgo", quando a personalidade do trabalhador se refletia inteiramente no objeto criado, quando era ainda muito forte a ligação entre arte e trabalho. Mas é precisamente contra este "humanismo" que luta o novo industrialismo. As iniciativas "puritanas" têm apenas o objetivo de conservar, fora do trabalho, um certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção. Este equilíbrio só pode ser puramente externo e mecânico, mas poderá se tornar interno se for proposto pelo próprio trabalhador e não imposto de fora, por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais. O industrial americano se preocupa em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, de sua eficiência muscular-nervosa: é de seu interesse ter um quadro estável de trabalhadores qualificados, um conjunto permanentemente harmonizado, já que também o complexo humano (o trabalhador coletivo) de uma empresa é uma máquina que não deve ser excessivamente desmontada com frequência ou ter suas peças individuais renovadas constantemente sem que isso provoque grandes perdas. O chamado alto salário é um elemento dependente desta necessidade: trata-se do instrumento para selecionar os trabalhadores qualificados adaptados ao sistema de produção e de trabalho e para mantê-los de modo estável. Mas o alto salário é uma arma de dois gumes: é preciso que o trabalhador gaste "racionalmente" o máximo de dinheiro para conservar, renovar e, se possível, aumentar sua eficiência muscular-nervosa, e não para destruí-la ou danificá-la. É por isso que a luta contra o álcool, o mais perigoso agente de destruição das forças de trabalho, torna-se função do Estado. É possível que também outras lutas "puritanas" se tornem funções do Estado, caso a iniciativa

(LUTA DO ESTADO CONTRA O ALCOOL)

privada dos industriais se revele insuficiente ou caso se desencadeie uma crise de moralidade excessivamente profunda ou extensa entre as massas trabalhadoras, o que poderia ocorrer em consequência de uma longa e ampla crise de desemprego. Uma questão ligada àquela do álcool é a questão sexual: o abuso e a irregularidade das funções sexuais são, depois do alcoolismo, os inimigos mais perigosos das energias nervosas e é observação comum que o trabalho "obsessivo" provoca depravação alcoólica e sexual. As tentativas feitas por Ford para intervir, com um corpo de inspetores, na vida privada de seus empregados e para controlar como eles gastavam os salários e como viviam são um indício destas tendências ainda "privadas" ou latentes, que podem se tornar, num certo ponto, ideologia estatal, articulando-se com o puritanismo tradicional, ou seja, apresentando-se como um renascimento da moral dos pioneiros, do "verdadeiro" americanismo, etc. O fato mais notável do fenômeno americano com relação a estas manifestações é a separação que se formou, e que se acentuará cada vez mais, entre a moralidade-costume dos trabalhadores e aquela de outras camadas da população. O proibicionismo já forneceu um exemplo desta separação. Quem consumia o álcool introduzido de contrabando nos Estados Unidos? O álcool tornara-se uma mercadoria de grande luxo e nem mesmo os mais altos salários podiam permitir que fosse consumido pelos mais amplos estratos das massas trabalhadoras: quem trabalha por salário, com um horário fixo, não tem tempo para dedicar à procura do álcool, não tem tempo para dedicar ao esporte de eludir as leis. A mesma observação pode ser feita para a sexualidade. A "caça à mulher" exige bastante "ócio"; no operário de tipo novo se repetirá, sob outras formas, o que ocorre nas aldeias camponesas. A relativa solidez das uniões sexuais camponesas liga-se estreitamente ao sistema de trabalho rural. O camponês que volta para casa à noite, depois de uma longa jornada de trabalho, deseja a *Venerem facilem parabilemque* de Horácio: não tem o hábito de correr atrás de prostitutas; ama sua mulher, segura, sempre presente, que não fará dengo nem pretenderá a comédia da sedução e do estupro para ser pos-

ÁLCOOL

P. 332

suída [27]. Aparentemente, isso faz com que a função sexual se torne mecânica; mas, na realidade, trata-se de uma nova forma de união sexual, sem as cores "fascinantes" da fantasia romântica própria do pequeno-burguês e do boêmio vadio. Revela-se claramente que o novo industrialismo quer a monogamia, quer que o homem-trabalhador não desperdice suas energias nervosas na busca desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: o operário que vai para o trabalho depois de uma noite de "orgias" não é um bom trabalhador; a exaltação passional não pode se adequar aos movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos automatismos. Este conjunto de constrangimentos e coerções diretos e indiretos exercidos sobre a massa produzirá certamente resultados; e surgirá assim uma nova forma de união sexual, cujo traço característico e fundamental parece dever ser a monogamia e a estabilidade relativa. Seria interessante conhecer os resultados estatísticos dos fenômenos de desvio dos costumes sexuais oficialmente propagandeados nos Estados Unidos, analisados por grupos sociais: de modo geral, será possível verificar que os divórcios são particularmente numerosos nas classes superiores. (DEFESA DA MONOGAMIA)

Esta defasagem de moralidade, nos Estados Unidos, entre as massas trabalhadoras e elementos cada vez mais numerosos das classes dirigentes parece ser um dos fenômenos mais interessantes e ricos de consequências. Até pouco tempo atrás o povo americano era um povo de trabalhadores: a "vocaçao laboriosa" não era um traço inerente apenas às classes operárias, mas era uma qualidade específica também das classes dirigentes. O fato de que um milionário continue a ser ativo até que a doença ou a velhice o obriguem ao repouso e de que sua atividade ocupe uma parte bastante significativa de sua jornada: eis um dos fenômenos tipicamente americanos, um dos traços americanos que mais surpreendem o europeu médio. Observamos anteriormente que esta diferença entre americanos e europeus é dada pela falta de "tradição" nos Estados Unidos, na medida em que tradição significa também resíduo passivo de todas as formas sociais legadas pela história: nos Estados Unidos, ao contrário, ainda é recente a "tradição" dos pioneiros

(DEFESA DA MORTALIDADE)

ros, ou seja, de fortes individualidades nas quais a "vocação laboriosa" atingira grande intensidade e vigor, de homens que diretamente (e não através de um exército de escravos ou de servos) entravam em enérgico contato com as forças naturais para dominá-las e explorá-las vitoriosamente. São estes resíduos passivos que na Europa resistem ao americanismo, "representam a qualidade, etc.", já que sentem instintivamente que as novas formas de produção e de trabalho os expulsariam implacavelmente.

Mas, se é verdade que na Europa, deste modo, a velharia ainda insepulta seria definitivamente destruída, o que começa a ocorrer na própria América? A defasagem de moralidade acima mencionada mostra que estão se criando margens de passividade social cada vez mais amplas. Parece que as mulheres têm uma função predominante neste fenômeno. O homem-industrial continua a trabalhar, mesmo se milonário, mas sua mulher e suas filhas tornam-se cada vez mais "mamíferos de luxo". Os concursos de beleza, os concursos para escolher atores cinematográficos (lembrar as 30.000 jovens italianas que, em 1926, enviaram fotos em trajes de banho para a Fox), o teatro, etc., selecionando a beleza feminina mundial e colocando-a em leilão, geram uma mentalidade de prostituição; e o "tráfico de mulheres" é feito legalmente para as classes altas. As mulheres, ociosas, viajam, cruzam continuamente o oceano para vir à Europa, fogem ao proibicionismo da pátria e contraem "matrimônios" por temporada (deve-se lembrar que foi tirado aos comandantes de navios norte-americanos o direito de realizar casamentos a bordo, já que muitos casais se esposavam quando partiam da Europa e se divorciavam antes de desembarcar na América): a prostituição real prolifera, mal disfarçada por frágeis formalidades jurídicas.

Estes fenômenos, característicos das classes altas, tornarão mais difícil a coerção sobre as massas trabalhadoras para adequá-las às necessidades da grande indústria; de qualquer modo, determinam uma fratura psicológica e aceleram a cristalização e a saturação dos grupos sociais, tornando evidente sua transformação em castas, tal como ocorreu na Europa.

§ 12. *Taylorismo e mecanização do trabalhador.* Sobre a separação que o taylorismo determinaria entre o trabalho manual e o "conteúdo humano" do trabalho, podem-se fazer observações úteis sobre o passado, precisamente sobre aquelas profissões que são consideradas entre as mais "intelectuais", ou seja, as profissões ligadas à reprodução dos escritos para publicação ou para outra forma de difusão e transmissão: os copistas de antes da invenção da imprensa, os compositores a mão, os linotipistas, os estenógrafos e os datilógrafos. Se refletirmos bem, veremos que nestas profissões o processo de adaptação à mecanização é mais difícil que nas outras. Por quê? Porque é difícil atingir o grau mais elevado de qualificação profissional, que exige do operário que "esqueça" ou não reflita sobre o conteúdo intelectual do texto que reproduz, para poder fixar a atenção apenas na forma caligráfica das letras, se copista; para decompor a frase em palavras "abstratas" e estas em letras-caracteres e escolher rapidamente os pedaços de chumbo nas caixas; para decompor não mais apenas as palavras singulares, mas grupos de palavras, no contexto de um discurso, agrupando-as mecanicamente em siglas estenográficas; para obter rapidez na máquina de escrever, etc. O interesse do trabalhador pelo conteúdo intelectual do texto mede-se por seus erros, ou seja, é uma deficiência profissional: sua qualificação é avaliada precisamente por seu desinteresse intelectual, isto é, por sua "mecanização". O copista medieval que se interessava pelo texto modificava a ortografia, a morfologia, a sintaxe do texto copiado, omitia períodos inteiros que não compreendia por causa de sua pouca cultura; o decurso dos pensamentos nele suscitado pelo interesse preso ao texto levava-o a interpolar glosas e advertências; se seu dialeto ou sua língua eram diferentes daqueles do texto, introduzia matizes de sua própria língua; era um "mau" copista porque, na realidade, "refazia" o texto. A lentidão da arte medieval de escrever explicava muitas destas deficiências: havia demasiado tempo para refletir e, portanto, a "mecanização" era mais difícil. O tipógrafo deve ser muito rápido, deve ter as mãos e os olhos em contínuo movimento, o que torna mais fácil sua mecanização. Mas, se pensarmos bem, o esforço que estes trabalhadores devem fazer para isolar do conteúdo intelectual

(MATERIAL EDITORIAL ANTEJANAL E INOVJMMML)

do texto, por vezes muito apaixonante (e então, de fato, trabalha-se menos e pior), sua simbolização gráfica, e para dedicar-se somente a esta, talvez seja o maior esforço que se requer de uma profissão. Mas ele é feito e não destrói espiritualmente o homem. Quando o processo de adaptação se completou, verifica-se na realidade que o cérebro do operário, em vez de mumificar-se, alcançou um estado de completa liberdade. Mecanizou-se completamente apenas o gesto físico; a memória do ofício, reduzido a gestos simples repetidos com ritmo intenso, “aninhou-se” nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre e desimpedido para outras ocupações. Do mesmo modo como caminhamos sem necessidade de refletir sobre todos os movimentos necessários para mover sincronizadamente todas as partes do corpo, de acordo com aquele determinado modo que é necessário para caminhar, assim também ocorreu e continuará a ocorrer na indústria com relação aos gestos fundamentais do ofício; caminhamos automaticamente e, ao mesmo tempo, podemos pensar em tudo o que quisermos. Os industriais norte-americanos compreenderam muito bem esta dialética presente nos novos métodos industriais. Compreenderam que “gorila amestrado” é uma frase, que o operário “infelizmente” continua homem e até mesmo que, durante o trabalho, pensa mais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, pelo menos quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado: e não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, e que ele compreenda que se quer reduzi-lo a gorila amestrado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas. Que uma tal preocupação exista entre os industriais é algo que se deduz de toda uma série de cautelas e iniciativas “educacionais”, que podem ser encontradas nos livros de Ford e na obra de Philip [28].

§ 13. Os altos salários. É óbvio pensar que os chamados altos salários são uma forma transitória de retribuição. A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não pode ocorrer apenas através da coação social: este é um “preconceito” muito difundido na Europa (e especialmente no Japão), onde não tardará a provocar consequências

graves para a saúde física e psíquica dos trabalhadores, “preconceito” que, de resto, tem sua base tão-somente no desemprego endêmico surgido no pós-guerra. Se a situação fosse “normal”, o aparelho de coerção necessário para obter o resultado desejado custaria mais do que os altos salários. Por isso, a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consenso, e isto pode ser obtido, nas formas próprias de uma determinada sociedade, por meio de uma maior retribuição, que permita um determinado padrão de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de esforço. Mas, tão logo os novos métodos de trabalho e de produção se generalizarem e difundirem, tão logo o novo tipo de operário for criado universalmente e o aparelho de produção material se aperfeiçoar ainda mais, o *turnover* excessivo será automaticamente limitado pelo desemprego em larga escala e os altos salários desaparecerão. Na realidade, a indústria americana que paga altos salários desfruta ainda de um monopólio que resulta do fato de ter a iniciativa dos novos métodos; aos lucros de monopólio correspondem salários de monopólio. Mas o monopólio será necessariamente limitado, num primeiro momento, e depois destruído pela difusão dos novos métodos, tanto nos Estados Unidos quanto no exterior (cf. o fenômeno japonês do baixo preço das mercadorias); e assim, junto com os grandes lucros, também desaparecerão os altos salários. De resto, sabe-se que os altos salários ligam-se necessariamente a uma aristocracia operária e não são pagos a todos os trabalhadores americanos. (ALTOS SALÁRIOS E ARISTOCRACIA OPERÁRIA)

Toda a ideologia fordista dos altos salários é um fenômeno derivado de uma necessidade objetiva da indústria moderna que atingiu determinado grau de desenvolvimento e não um fenômeno primário (o que, porém, não dispensa o estudo da importância e das repercussões que a ideologia pode provocar). De resto, o que significa “alto salário”? O salário pago por Ford é alto somente em comparação com a média dos salários americanos, ou é alto como preço da força de trabalho que os empregados da Ford consomem na produção e com os métodos de trabalho de Ford? Não parece que uma tal pesquisa tenha sido feita de modo sistemático, embora somente ela pudesse dar uma

< CAUSA DA ALTA PRODUTIVIDADE NA EMPRESA FORD >

resposta conclusiva. A pesquisa é difícil, mas as próprias causas dessa dificuldade são uma resposta indireta. A resposta é difícil porque o quadro de operários qualificados da Ford é muito instável e, por isso, não é possível estabelecer uma média "racional" de demissões entre os operários da Ford para comparar com a média das outras indústrias. Mas por que esta instabilidade? Como é possível que um operário possa preferir um salário "mais baixo" àquele pago pela Ford? Não significará isto que os chamados "altos salários" são menos convenientes para reconstituir a força de trabalho consumida do que os salários mais baixos das outras empresas? A instabilidade do quadro de trabalhadores qualificados demonstra que as condições normais de concorrência entre os operários (diferença de salário) só atuam, no que se refere à indústria Ford, dentro de certos limites: não atua o diferente nível entre as médias salariais e não atua a pressão do exército de reserva dos desempregados. Isto significa que se deve procurar, na indústria Ford, algum elemento novo, que será a origem real tanto dos "altos salários" como dos outros fenômenos referidos (instabilidade, etc.). Este elemento só pode ser buscado nisto: que a indústria Ford exige uma especialização, uma qualificação para seus operários que as outras indústrias ainda não exigem, ou seja, uma qualificação de novo tipo, uma forma de consumo da força de trabalho e uma quantidade de força consumida no mesmo tempo médio que são mais gravosas e extenuantes do que em outros locais, forma e quantidade que o salário não consegue compensar em todos os casos, não consegue reconstituir nas condições dadas pela sociedade tal como é. Postas estas questões, apresenta-se o seguinte problema: se o tipo de indústria e de organização do trabalho e da produção próprio da Ford é "racional", isto é, se pode e deve generalizar-se, ou se, ao contrário, trata-se de um fenômeno mórbido a ser combatido com a força dos sindicatos e com a legislação. Ou seja: se é possível, com a pressão material e moral da sociedade e do Estado, fazer com que os operários como massa sofram todo o processo de transformação psicofísica capaz de transformar o tipo médio do operário Ford no tipo médio do operário moderno, ou se isto é impossível, já que levaria à degeneração física e à deterioração da espécie, destruindo toda

(COERÇÃO E CONSENSO)

força de trabalho. Parece ser possível responder que o método Ford é "racional", isto é, deve se generalizar; mas, para isso, é necessário um longo processo, no qual ocorra uma mudança das condições sociais e dos costumes e hábitos individuais, o que não pode ocorrer apenas através da "coerção", mas somente por meio de uma combinação entre coação (autodisciplina) e persuasão, sob a forma também de altos salários, isto é, da possibilidade de um melhor padrão de vida, ou talvez, mais exatamente, da possibilidade de realizar o padrão de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que exigem um particular dispêndio de energias musculares e nervosas.

Em medida limitada, mas ainda assim relevante, verificavam-se e verificam-se fenômenos semelhantes àqueles determinados em larga escala pelo fordismo em certos ramos da indústria ou em estabelecimentos não "fordizados". Constituir um quadro orgânico e bem articulado de operários fabris qualificados ou uma equipe de trabalho especializada jamais foi tarefa simples: ora, uma vez constituídos esse quadro e essa equipe, seus componentes, ou parte deles, acabam por vezes não só se beneficiando com um salário de monopólio, mas também não são demitidos no caso de uma redução temporária da produção; seria antieconômico dispersar os elementos de um todo orgânico constituído com esforço, já que seria quase impossível voltar a agrupá-los, na medida em que a reconstrução deste todo com elementos novos, aleatórios, custaria tentativas e gastos não indiferentes. É este um limite posto à lei da concorrência gerada pelo exercício de reserva e pelo desemprego, limite que sempre esteve na origem da formação de aristocracias privilegiadas. Dado que jamais funcionou e não funciona uma lei de equiparação perfeita dos sistemas e dos métodos de produção e trabalho para todas as empresas de um determinado ramo da indústria, disso resulta que toda empresa, numa determinada medida mais ou menos ampla, é "única", formando para si um quadro de trabalhadores qualificados com competências adequadas a essa particular empresa: pequenos "segredos" de fabricação e de trabalho, "truques" que em si parecem negligenciáveis, mas que, repetidos infinitas vezes, podem adquirir uma grande importância econômica. Um caso particular pode ser estudado na organização do trabalho nos portos, particularmente naque-

(FORDISMO DE UMA AULATO CRACIA OPERÁRIA)

les onde há desequilíbrio entre embarque e desembarque de mercadorias e onde se verificam períodos de congestionamento do trabalho e períodos em que praticamente cessam as atividades. É necessário dispor de um grupo de estivadores qualificados sempre disponível (que não se afaste do posto de trabalho), capaz de realizar o mínimo de trabalho no período da baixa estação ou de outro tipo; daí, a formação de grupos fechados, com altos salários e outros privilégios, em contraposição à massa dos "trabalhadores temporários", etc. Isso se verifica também na agricultura, na relação entre colonos fixos e assalariados, bem como em muitas indústrias onde existem os "períodos mortos", por razões inerentes à própria indústria, como a do vestuário, ou devidos à má organização do comércio atacadista, que faz suas compras segundo ciclos próprios, não sincronizados com o ciclo da produção, etc.

§ 14. Ações, obrigações, títulos de Estado. Que mudança radical produzirá na orientação da pequena e média poupança a atual depressão econômica se, como parece provável, ela se prolongar ainda por algum tempo? Pode-se observar que a queda do mercado de ações provocou um imenso deslocamento de riqueza e um fenômeno de exportação "simultânea" da poupança de amplíssimas massas da população, um pouco por toda parte, mas sobretudo na América: assim, os processos mórbidos que se haviam verificado por causa da inflação, no pós-guerra, renovaram-se em toda uma série de países e operaram nos países que não haviam conhecido a inflação no período anterior.

O sistema que o Governo italiano intensificou nestes anos (proseguindo uma tradição já existente, ainda que em menor escala) parece ser o mais racional e orgânico, pelo menos para um grupo de países: mas que consequências poderá ter? Diferença entre ações ordinárias e ações preferenciais, entre estas e as obrigações, e entre ações e obrigações do mercado livre e obrigações ou títulos do Estado. A massa dos poupadores busca se desfazer completamente das ações de todo tipo, altamente desvalorizadas; prefere as obrigações às ações, mas prefere os títulos do Estado a qualquer outra forma de investimento. Pode-se dizer que a massa dos poupadores quer romper toda ligação direta com o

< INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA >

conjunto do sistema capitalista privado, mas não recusa sua confiança ao Estado: quer participar da atividade econômica, mas através do Estado, que garanta um juro módico mas seguro. O Estado é assim investido de uma função de primeiro plano no sistema capitalista, como empresa (holding estatal) que concentra a poupança a ser posta à disposição da indústria e da atividade privada, como investidor a médio e longo prazo (criação italiana dos vários Institutos, de crédito mobiliário, de reconstrução industrial, etc.; transformação do Banco Comercial, consolidação das Caixas Econômicas, criação de novas formas na poupança postal, etc.). Porém, uma vez assumida esta função, por causa de necessidades econômicas imprescindíveis, pode o Estado se desinteressar da organização da produção e da troca? Deixá-la, tal como antes, à iniciativa da concorrência e à iniciativa privada? Se isso ocorrer, a desconfiança que hoje atinge a indústria e o comércio privados envolveria também o Estado; o surgimento de uma situação que obrigasse o Estado a desvalorizar seus títulos (através da inflação ou por outro meio), tal como se desvalorizaram as ações privadas, seria uma catástrofe para o conjunto da organização econômico-social. O Estado é assim necessariamente levado a intervir para controlar se os investimentos realizados por seu intermédio estão sendo bem administrados e, desse modo, compreende-se pelo menos um aspecto das discussões teóricas sobre o regime corporativo.

Mas o simples controle não é suficiente. Com efeito, não se trata apenas de conservar o aparelho produtivo tal como este existe num determinado momento; trata-se de reorganizá-lo a fim de desenvolvê-lo paralelamente ao aumento da população e das necessidades coletivas. Precisamente nestes desenvolvimentos necessários é que reside o maior risco da iniciativa privada e deveria ser maior a intervenção do Estado, que também não está livre de riscos, muito ao contrário. (Estes elementos são mencionados como os mais orgânicos e essenciais, mas também outros elementos levam à intervenção estatal ou a justificam teoricamente: o agravamento dos regimes de proteção alfandegária e das tendências autárquicas, os subsídios, o dumping, as operações de salvamento das grandes empresas à beira da falência ou em perigo; ou seja, como já foi dito, a "nacionalização das perdas e dos déficits industriais", etc. [29])